

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PORTARIA**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 87ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Mesa da Assembleia
 - 2.3 – Comissões
- 3 – ORDEM DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATAS**



PORTARIA

PORTARIA DA PRESIDÊNCIA Nº 40/2021

Decreta luto na Assembleia Legislativa, por três dias, em memória das mais de seiscentas mil vítimas oficiais da infecção humana Covid-19 no País.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, considerando as estatísticas do consórcio de veículos de imprensa, que contabilizam, nesta data, mais de seiscentas mil vítimas da infecção humana Covid-19 no País;

considerando o sentimento de dor e pesar manifestado pelos membros da Assembleia Legislativa às famílias brasileiras que perderam entes queridos em virtude da pandemia de Covid-19;

considerando, por analogia, o disposto no art. 17 e no inciso II do *caput* do art. 18 da Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica decretado luto oficial, no âmbito da Assembleia Legislativa, pelo prazo de três dias.

Parágrafo único – As bandeiras de Minas Gerais e de Belo Horizonte serão hasteadas em funeral, a meio-mastro, no Largo das Bandeiras.

Art. 2º – Ficam proibidas celebrações, comemorações ou festividades, no âmbito da Assembleia Legislativa, enquanto durar o luto oficial previsto no art. 1º.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, 8 de outubro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.



ATAS

ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/10/2021

Presidência dos Deputados Elismar Prado, Bartô e Coronel Sandro

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 9.405, 9.416 a 9.418 e 9.420 a 9.425/2021; Requerimentos Ordinários nºs 1.019, 1.122 a 1.124 e 1.127/2021 – Comunicações: Comunicações da Comissão de Agropecuária e dos deputados Betinho Pinto Coelho e Sávio Souza Cruz – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Raul Belém e Carlos Henrique e da deputada Leninha – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Questão de Ordem – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 1.122, 1.123, 1.124, 1.127 e 1.019/2021; deferimento – Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – Laura Serrano – Leninha – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Elismar Prado) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– A deputada Leninha, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Fernando Pacheco, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, agradecendo o envio do livro *Opção pelo risco: causas e consequências da tragédia de Brumadinho*. A CPI da ALMG.

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.362/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 545/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.564/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.734/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.748/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.716/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Wallace Sebastião Vasconcelos Leite, prefeito municipal de Santana do Deserto, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.832/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.832/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.837/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 497/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.616/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.775/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.050/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.652/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.464/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.962/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.963/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.964/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.002/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.997/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.068/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.719/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 9.405/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que evite o fechamento de qualquer unidade prisional no Estado até que haja amplo debate e entendimento entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Sejustp e esta Casa.

Nº 9.416/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ao procurador-geral de Justiça pedido de providências para que o uso de tornozeleira eletrônica não seja banalizado por magistrados, magistradas, procuradores e procuradoras atuantes nas varas de execução penal e que essa modalidade de cumprimento de pena não seja aplicada a condenados por delitos graves, como roubo, homicídio, latrocínio, tráfico ilícito de entorpecentes, estupro e sequestro, entre outros.

Nº 9.417/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que seja disponibilizada, com urgência, uma viatura tipo van para o transporte do Grupo de Intervenção Rápida – GIT –, do presídio de Teófilo Otoni, uma vez que o veículo usado pelo grupo pertencia à Secretaria Municipal de Educação, que solicitou sua devolução.

Nº 9.418/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que a Delegacia Especializada de Furtos e Roubos investigue o furto de ferro-gusa nos vagões da VLI Logística, o que está ocorrendo entre os Bairros Calafate e Vila São Paulo, na divisa com o Município de Contagem.

Nº 9.420/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja liberada verba no valor de R\$ 300.000,00, destinada à Escola Estadual Ponte Firme, via Caixa Escolar Dona Luzia Trajano, no Município de Presidente Olegário, salientando-se que a referida verba foi destinada à instituição no ano de 2016, segundo a vereadora Genilda de Araújo Diniz, e que o projeto de engenharia, já aprovado por técnicos da Secretaria de Estado de Educação, encontra-se em trâmite no sistema do Estado, assim como a documentação exigida para a finalização do processo de liberação da verba.

Nº 9.421/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplog – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para regulamentação, com urgência, da Lei Complementar nº 165, de 17/9/2021, que estabelece regras gerais para concessão de licença-paternidade aos servidores públicos e aos militares do Estado.

Nº 9.422/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências com vistas à viabilização de obras de iluminação de vias públicas e residências do Bairro

Jardim Alvorada, no Município de Contagem, em atendimento aos moradores desse bairro, diante do crescente aumento do índice de criminalidade na região. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.423/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas ao cumprimento do disposto no Decreto nº 40.969, de 23 de março de 2000, que proíbe o ingresso de rejeito radioativo no Estado, tendo em vista a iminente transferência de 1.179 toneladas dos rejeitos e materiais radioativos denominados “Torta II”, armazenados na unidade da estatal Indústrias Nucleares do Brasil – INB –, em Interlagos (SP), para a unidade da empresa em Caldas, conforme a audiência realizada pela Comissão de Administração Pública em 21/9/2021.

Nº 9.424/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB –, no Rio de Janeiro, pedido de providências para que não sejam transferidas 1.179 toneladas de rejeitos e materiais radioativos denominados “Torta II”, armazenados na unidade da empresa em Interlagos (SP), para a unidade da empresa em Caldas, em obediência ao disposto no Decreto nº 40.969, de 23/3/2000, que proíbe o ingresso, no Estado, de rejeito radioativo, e em respeito à população de Caldas e região, que se opõe a essa transferência, haja vista que ela desatende ao interesse público local, pois traz riscos à saúde, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável de toda a região e do Estado.

Nº 9.425/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a efetiva fiscalização do serviço de transporte coletivo prestado pela Viação Intersul, com vistas à melhoria da sua qualidade, especialmente no trecho entre as cidades de Serrania e Alfenas, tendo em vista as constantes e graves reclamações dos usuários. (– À Comissão de Transporte.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 1.019/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para comemorar os 35 anos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, tendo em vista a grande importância da instituição para a pesquisa e a inovação científica e tecnológica, bem como para o desenvolvimento do Estado, produzindo avanços significativos no conhecimento científico, principalmente durante a pandemia de covid-19.

Nº 1.122/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 56/2021, de sua autoria.

Nº 1.123/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 62/2017, de sua autoria.

Nº 1.124/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 18/2015, de sua autoria.

Nº 1.127/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.822/2021, de sua autoria.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações da Comissão de Agropecuária e dos deputados Betinho Pinto Coelho e Sávio Souza Cruz.

Questão de Ordem

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente, venho aqui mais usar o microfone da Assembleia Legislativa para lembrar ao nosso governador Romeu Zema que existe um acordo firmado com a segurança pública para concessão de uma recomposição salarial em três parcelas, sendo uma de 13% e mais duas de 12% cada uma. Esse acordo foi construído, em 2019, após sucessivas reuniões envolvendo deputados da área da segurança pública, outros deputados que não são da área da segurança pública, entidades de classes e sindicatos de todas as categorias do segmento da segurança pública. É importante ressaltar, Sr. Presidente, que nós não estamos

pedindo nenhum privilégio, nenhum tratamento diferenciado por sermos melhores que os outros. O que nós estamos querendo é simplesmente que o acordo firmado, em 2019, que está registrado em uma ata assinada pelo governador do Estado, assinada pelos secretários da área respectiva e por todos aqueles que participaram das negociações seja cumprido. E esse acordo não foi cumprido. Então reitero aqui ao Sr. Romeu Zema, nosso governador de Minas Gerais, que cumpra o acordo e envie a esta Casa, a proposta, o projeto de lei prevendo as duas parcelas de 12% que ainda não foram concedidas a título de recomposição salarial de todos os segmentos da segurança pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Oradores Inscritos

O deputado Raul Belém – Sr. Presidente, caras colegas deputadas e caros colegas deputados, assessores desta Casa, público que nos assiste pela TV Assembleia, eu serei bem breve aqui no uso da tribuna, mas trago uma situação aqui que é muito, muito séria e nos desanima bastante.

O Contran baixou uma portaria, deputada Leninha, tornando as bicicletas elétricas compatíveis com os ciclomotores. Então, hoje, a pessoa que não está aguentando pagar gasolina, que juntou seu dinheirinho para comprar uma bicicleta elétrica vai ter que tirar carteira de habilitação de moto, com bicicleta elétrica, e vai ter que emplacar a sua bicicleta. Isso é o cúmulo do absurdo.

Eu acabei de falar com o comandante da Polícia Militar de Araguari. Ainda não começaram as apreensões desses veículos, cuja maioria é para trabalho. Eu quero aqui dizer que a minha ajudante lá em Araguari vai todo dia trabalhar com uma bicicleta elétrica e está morrendo de medo de parar numa blitz, alguma coisa, e ter a sua bicicleta recolhida. Então, gente, diante de um cenário como esse, em que as coisas têm evoluído, as pessoas têm buscado alternativas com as bicicletas elétricas. Quantas vezes nós ouvimos falar que precisamos ter mais bicicletas em vez de veículos automotores, de motocicletas. Aí as pessoas começam a fazer o uso e logo vem o lobby de alguém que certamente está ganhando com isso e baixa uma portaria safada no Contran, criando uma situação como essa, impedindo as pessoas... A maioria das pessoas são trabalhadoras, pessoas pobres, que não têm dinheiro para abastecer, que não têm dinheiro para botar gasolina, que não poderiam ter uma mobilete, mas compraram a bicicleta elétrica e agora ela será apreendida.

Faço um apelo ao governador Romeu Zema para que interceda, de forma que Minas Gerais possa tomar uma atitude drástica em relação a isso. O Contran não pode fazer esse tipo de coisa, criar resolução para dificultar a vida do cidadão. Nós estamos aqui principalmente para defender o cidadão mineiro. Minas tem que dar um exemplo nessa questão. Parece uma coisa assim... Milhares de pessoas estão usando bicicletas elétricas. Então é um apelo que eu faço. Peço ao governador Romeu Zema, peço às autoridades policiais. Nós sabemos que a função é fazer a fiscalização, mas que não entrem nessa maldade, nesse absurdo de prejudicar as pessoas que não vão poder ir para o trabalho, que vão ter que pagar por uma carteira de motorista para andar de bicicleta, que vão ter que emplacar bicicleta. É a mesma coisa que eu estou vendo no passado daquele tal do kit de primeiros socorros que se botava dentro dos carros. Isso é uma malandragem sem tamanho. Pelo amor de Deus! Peço ao presidente Bolsonaro, presidente da República, que tem feito algumas coisas importantes, acabado com algumas burocracias excessivas, que ponha ordem no Contran e que esse povo possa ter vergonha na cara e arrumar alguma coisa para fazer de útil em vez de prejudicar o trabalhador. Então eu vou fazer um requerimento pedindo ao governador Romeu Zema que entre nessa luta e não deixe fazer essa maldade com o povo mineiro, não deixe fazer essa maldade com o povo brasileiro de ter as suas bicicletas – bicicletas! – apreendidas, bicicletas para ir ao trabalho. É um grande absurdo. Eu nunca pensei que iria ocupar o Plenário, ocupar esta tribuna para falar de um assunto que me envergonha – quem criou esse assunto? –, me envergonha. Proibir as pessoas de andarem de bicicleta elétrica? É um grande absurdo.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. Muito obrigado pelo espaço.

O deputado Carlos Henrique – Boa tarde, presidente Elismar Prado, deputados e deputadas que aqui se encontram, público que acompanha os trabalhos da Assembleia por meio dos seus canais de mídia, da TV Assembleia, servidores e servidoras desta Casa.

Retorno a esta tribuna, Sr. Presidente, com um misto muito grande de alegria e de muita gratidão a Deus. É muito comum nós subirmos à tribuna da Assembleia e tratarmos de questões políticas, de reivindicações, de cobranças, defendendo proposições,

projetos de lei, as disputas políticas que existem, as defesas regionais, ideológicas, enfim, a tribuna é livre para que a gente possa expressar a nossa opinião. E aqui aproveito este momento para expressar a experiência que tive. Eu vi a servidora Rita limpando aqui o microfone com álcool para dar possibilidade ao próximo orador inscrito de falar com mais segurança.

Eu fui acometido, de forma severa, pela Covid; fui diagnosticado no dia 15 de julho com Covid, e, no dia 22, já estava internado e entubado – fiquei 7 dias entubado; foram 12 dias de CTI e 22 dias internado no hospital. A experiência pela qual muitas pessoas neste país passaram com a Covid – uns com sintomas leves; outros, graves; e outros, gravíssimos –, presidente, deputados e deputadas, é algo muito pessoal, indizível. Quando você recebe alta e ouve do médico: “Olha, eu não sou religioso, mas acredito em Deus; Deus o poupou”; quando você ouve do seu médico que o acompanha há muito tempo: “Olha, deputado, poucos sobrevivem à sua condição” – isso porque peguei uma infecção secundária que agravou a Covid –, eu, desta tribuna, preciso agradecer a Deus, eu preciso dar toda a honra, toda a glória a Ele, porque, na vida, nós passamos por muitos apertos, muitas lutas. Há um texto da Bíblia que diz, em II Coríntios, 4: “Temos, porém, esse tesouro em vaso de barro”. O tesouro é a presença de Deus! O tesouro em nós, que somos humanos? A nossa estrutura é pó. Que garantia a gente tem do amanhã? Eu me internei sem ter comorbidade nenhuma; fui buscar ajuda médica, procurando um medicamento. Daqui a pouco você se vê numa situação em que a sua vida se encontra quase no último suspiro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós; a excelência do poder seja de Deus e não de nós!

Eu agradeço muito aos médicos e aos enfermeiros que me assistiram no Mater Dei, não só no período de internação mas também no pós-covid, na recuperação. Eu ainda estou num processo de recuperação, de tratamento de fisioterapia, de expansão pulmonar. Mas Deus dá à ciência a sabedoria. Deus dá à ciência a capacidade de cuidar de cada um de nós, e a medicina tem o seu papel importantíssimo. Então, a equipe médica que me assistiu fez o seu trabalho de forma excelente.

Infelizmente, ao meu lado, uma senhora veio a falecer, com 52 anos; do meu outro lado, um senhor de 60 e poucos anos também veio a falecer. Naquele momento a gente precisa manter muito a serenidade, a confiança em Deus; saber que ele está presente em cada segundo da nossa vida. Mas alguém fala: mas ele poderia ter lhe guardado, ou guardado outros da Covid. Os planos de Deus e os mistérios dele pertencem a ele, não a nós: “Em tudo, nós somos atribulados, porém não angustiados; perplexos, porém não desanimados; perseguidos, porém não desamparados; abatidos, porém não destruídos”. Quando a gente traz essa confiança em nossas vidas, Deus guarda a gente da morte, Deus alonga os nossos dias aqui na terra. E a reflexão é muito profunda, por isso que a experiência é muito individual; não só em relação à Covid, mas em relação a tantas outras situações em que as pessoas conseguem sobreviver. Agora, recentemente – não sei se posso falar, se me permite falar, deputado Elismar Prado – o pai de V. Exa., com 88 anos? Vai fazer 88 anos. Curado do câncer. Curado de um câncer, e que tinha 10% de vida. Então é Deus que opera em nós esse poder, que vem dele, para que a gente possa reconhecê-lo em todos os nossos caminhos.

E quero agradecer à minha esposa, que foi uma grande heroína, que lutou em oração, dedicou-se em oração, pedindo a Deus para que a vontade dele pudesse se manifestar em nossas vidas. E foi feita a vontade dele. E a reflexão é que a vida é passageira; tudo neste mundo, nesta vida, passa; mas os que fazem a vontade de Deus permanecem. E que a gente pode conviver, neste mundo passageiro, de forma respeitosa, de forma a compreender a dor do outro, de forma a estender sempre as mãos aos sofredos, aos necessitados, aos desamparados, aos amargurados, aos oprimidos. Pessoas que, às vezes, diante de nós, apresentam-se bem, mas, na alma delas, sabem a angústia que estão vivendo e o conflito pelo qual estão passando. E, às vezes, elas se afugentam no seu trabalho, afugentam-se em tantos afazeres, quando uma coisa nos basta: ouvir a palavra de Deus, confiar a nossa vida a ele.

Portanto, eu reforço aqui o agradecimento a Deus, à minha família. Eu não divulguei, na Assembleia, a minha situação; minha esposa também não divulgou. Muitos deputados e deputadas ficaram surpresos. Até, hoje, conversando com alguns, eles não sabiam, como o deputado Bartô, que também viu as cenas. E eu faço questão de que o cinegrafista possa registrar a condição em que eu estava.

Não sei se consegue pegar a imagem. Pode vir aqui, por favor.

Essa doença não é brincadeira. Ela matou muita gente, mais de 500 mil pessoas neste país, e continua matando; e nós precisamos tomar cuidado, nós precisamos levar a sério.

Registrou? Conseguiu?

Eu lamento muito as brigas ideológicas. No início, eu confesso que também não acreditava em muitas coisas que nós estamos vendo hoje, mas quando a gente passa por isso – não é, Leninha? –, a situação é muito, mas muito diferente. A gente percebe a gravidade. Graças a Deus, graças a Deus, a ciência tem evoluído nesse sentido. A população tem sido vacinada. Há pessoas que ainda resistem em vacinar-se. E o meu apelo é: vacinem-se. O meu apelo é: se você ama a sua vida, se você dá valor à sua vida, à sua família, aos seus parentes, aos seus amigos, ao seu trabalho, à sua saúde, vacine-se. Não, não brinquem com coisas que são extremamente sérias, como é essa Covid.

Um outro assunto, Sr. Presidente, é o registro da passagem do governador Romeu Zema pelo Vale do Jequitinhonha em setembro. Eu não pude estar presente porque eu ainda estava em recuperação. O governador Romeu Zema esteve lá anunciando recursos para a recuperação da BR-367, UBS na cidade de Pedra Azul, ampliação de cidades reconhecidas como produtoras do queijo cabacinha. Investimentos foram anunciados em infraestrutura no Vale do Jequitinhonha. Isso nos traz uma esperança muito grande de dar ao povo do Vale Jequitinhonha a oportunidade que ele tanto almeja, espera e que vem do governo, dos governantes. Eu acredito muito que o olhar do governador Romeu Zema para o Vale do Jequitinhonha é um olhar de uma pessoa, sobretudo; além de governo, de governante, de governador do Estado, é o olhar de uma pessoa humana. É o olhar de uma pessoa sincera, verdadeira e que quer o bem do seu povo, da sua a gente.

É o Vale de tantas oportunidades, de tantas riquezas culturais, riquezas naturais, riqueza de uma gente lutadora, brava gente, guerreira, honesta, pessoas que nos ensinam a simplicidade da vida e de viver em alegria mesmo em meio a tanta simplicidade, a tanta carência, diante de tantas necessidades. A Leninha sabe muito bem o que é isso, porque ela percorre o Norte de Minas, percorre o Jequitinhonha. É pauta dela também as questões sociais, e ela as defende de forma brilhante nesta Casa. Portanto quero agradecer ao governo de Minas o olhar sensível, de cunho social, dando oportunidades para que o povo do Vale do Jequitinhonha possa ter, de fato, a vida melhorada por políticas públicas adotadas pelo Estado de Minas Gerais e também pela participação de vários deputados e deputadas que atuam de forma brilhante nas causas sociais, nas lutas diárias pela agricultura familiar, pelo social, pelo esporte, pela melhoria da educação, da saúde pública daquela região.

Esse é o nosso desafio. Este é o nosso compromisso: trabalhar cada dia mais para fazer com que a vida do nosso povo, da nossa gente melhore. Agradeço. Reforço o meu agradecimento ao meu Senhor e ao meu salvador Jesus Cristo, que estendeu a sua misericórdia para minha vida. E assim Ele o faça para todos aqueles que Nele creem e não duvidem que Ele é suficientemente poderoso para fazer em nossas vidas muito mais do que pedimos ou pensamos. Deus abençoe a todos! Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Henrique. Digo a V. Exa. que todos nós nos alegamos com seu retorno. Torcemos muito pelo seu pleno restabelecimento. Lamentamos profundamente pelos amigos que se foram, especialmente um amigo de todos nós, o deputado Luiz Humberto, por servidores desta Casa, pelos mineiros e mineiras, pelos brasileiros e brasileiras que também sucumbiram por conta dessa doença gravíssima. Então, deputado Carlos Henrique, eu acho que o que nos resta realmente, inspirados nas suas palavras, é perceber que a vida é tão pequena que odiar não vale a pena mesmo. Desejo felicidades e pronto restabelecimento a V. Exa.

Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Presidente, uma boa tarde. Caras colegas parlamentares, caros deputados, todo povo que nos acompanha também pelas redes sociais da Assembleia. Eu me inscrevi para três pontos, mas eu não poderia deixar de mencionar as falas que me antecederam. Primeiro, a gente fica muito feliz com o retorno do nosso colega Carlos Henrique. O seu depoimento mostra que nós, seres humanos, estamos em cargos políticos, temos mandatos, estamos deputados, mas somos seres humanos, com as

nossas fraquezas, limitações. O mais importante é essa crença na vida, em Deus. Eu reforço também essa necessidade da vacinação. É lógico que a vida está sob comando de Deus, mas a ciência também ajuda a enfrentar determinados vírus e bactérias. Enfim, por isso, a gente também precisa louvar e agradecer aos profissionais da saúde que também trabalharam durante o período mais forte da pandemia neste país afora, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, a equipe dos hospitais.

Também não poderia deixar de mencionar, na primeira parte da minha intervenção, a triste notícia, a lamentável notícia que o deputado Raul Belém nos trouxe. Eu fico indignada de como o governo federal vem operando para trazer políticas que prejudiquem os mais pobres deste país; como o governo vem permitindo não só o desmonte das políticas sociais, mas trazendo péssimas notícias como a que nós acabamos de ouvir nesta tarde, de que os trabalhadores que juntaram dinheiro para comprar uma bicicleta elétrica... Enfim, isso vem no debate na contramão do mundo. Nós estamos falando de um mundo que precisa se sustentar ambientalmente, socialmente, economicamente. Nós estamos falando de cidades sustentáveis que querem criar ciclovias para que as pessoas possam utilizar a bicicleta com segurança. Nós estamos falando de estímulo a deixar o carro em casa e andar de bicicleta. Então, estamos falando de uma questão econômica, estamos falando de uma questão social, estamos falando de uma questão ambiental, que é séria no Brasil. Em tempos de mudanças climáticas, a gente precisa ter políticas que estimulem as pessoas a utilizarem outros meios de transporte que não seja o carro.

Aliada a essa notícia, nós fomos surpreendidos hoje, pela manhã, com o governo Bolsonaro vetando um projeto de lei, que foi aprovado no Congresso e no Senado, um projeto de lei da deputada federal Marília Arraes, do PT de Pernambuco. Foi aprovada no Congresso a criação de um programa de fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas do ensino médio e de anos finais do ensino fundamental. O projeto de lei previa a distribuição gratuita de itens de higiene a mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema e mulheres privadas de liberdade. Aqui, em Minas Gerais, nós aprovamos, quase por unanimidade, um projeto de minha autoria. Foi sancionada a lei estadual pelo governador, a Lei nº 23.904, de 3/9/2021, que dispõe sobre a garantia do acesso às mulheres em situação de vulnerabilidade a absorventes higiênicos. O Parlamento Mineiro, os meus colegas parlamentares, entendeu a importância, a relevância e o impacto desse projeto na vida das meninas e das mulheres. O Parlamento Mineiro, sensibilizado com a pobreza menstrual, entendeu que este projeto era para, de fato, combater e trazer a dignidade menstrual para o Estado de Minas Gerais. Mas nós não estamos sozinhos no Parlamento, existem várias plataformas da ONU, diversas iniciativas pelo mundo afora. Aqui, em Minas Gerais, eu queria citar umas garotas jovens, chamadas Girl Up, são as meninas que estão discutindo, nos municípios também, leis municipais para garantir que os equipamentos públicos das prefeituras possam distribuir absorvente.

No caso do governo federal, ele sancionou, mas vetou cinco trechos do projeto, e um deles inclui essa distribuição gratuita. Só em 2020, por exemplo, nós tivemos diversos países, como a Escócia, que passaram a garantir a distribuição universal de absorventes a todas as mulheres. E o Brasil perde a chance de se configurar no cenário internacional como um País que cuida de suas mulheres, como um País que cuida das mulheres jovens. E é claro que nós estamos falando de distribuição nos equipamentos públicos, como a escola, a unidade básica de saúde e os presídios femininos.

Então, nós estamos construindo um diálogo. Queremos seguir construindo-o com a Sedese, com a Secretaria de Estado de Educação, com a Secretaria de Estado de Saúde e com a Sejusp, Secretaria de Segurança Pública, para tecermos uma rede de solidariedade a fim de estimularmos a produção, inclusive nos presídios, de absorventes feitos por mulheres encarceradas a serem adquiridos e distribuídos nessas unidades públicas do Estado. E a gente, com certeza, com a sanção da lei... É lógico, vale lembrar que o governador Zema omitiu que ela é de nossa autoria. Mas isso não tem tanta relevância. O mais importante é que a gente operacionalize esse projeto e que, a partir do ano que vem, a gente consiga fazer essa distribuição gratuita em todos os lugares.

Outra questão que a gente queria discutir é com relação à questão da seca que vem sendo debatida aqui. Nós estamos falando de uma região em Minas Gerais que é a região semiárida, nós estamos falando de diversas comunidades que nem sequer vêm

sendo abastecidas pelo carro-pipa. E uma das medidas do governo federal foi proibir o Exército de usar os carros-pipa para levar água a diversas comunidades. Estamos falando de várias políticas que interferem diretamente e negativamente na vida de milhares de famílias por este estado afora. E nós precisamos encarar isso, porque há 15 anos este estado discutiu e construiu um plano estadual de combate à desertificação. Estamos falando de 33 municípios em Minas Gerais, de acordo com os estudos da Feam e da PUC, que já estão se desertificando. Estamos falando do empobrecimento do solo, que não mais vai produzir nenhum tipo de alimento. Estamos falando do envenenamento das águas, do desaparecimento das águas; estamos falando de uma pior distribuição da chuva, uma irregularidade de chuva na região do Norte, do Jequitinhonha e parte do Mucuri. Mas a questão da água não é só nessas regiões, não é? Estamos vendo a Zona da Mata, o Sul de Minas, enfim, as mudanças climáticas vêm afetando outras regiões. Mas uma das regiões que mais vem sofrendo drasticamente com as mudanças climáticas, com certeza, é a região do semiárido.

Por isso, esse plano precisava sair da gaveta do governo. E é um chamado especial à Marília, secretária de Meio Ambiente, e também ao Nilson, do Idene, para que a gente retome um plano de combate à desertificação com ações mitigadoras, com tecnologias sociais, com implantação de sistema para produzir água no meio ambiente.

De fato, a água é um elemento sagrado. A falta dela afeta não somente as pessoas que estão no campo, mas de forma muito especial também as pessoas que estão na cidade. No caso de Minas Gerais, com o crime da Vale, que afetou o Rio Paraopeba e afetou o Rio Doce, nós sabemos que a oferta de água nas diversas cidades será um problema, já está sendo, mas se agravará nos próximos anos. Por isso, fazemos um apelo para realizarmos um debate sério sobre esses efeitos de mudanças climáticas, sobre os efeitos da desertificação que assola as regiões de Minas Gerais, o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri, para termos ações emergenciais, mas também ações estruturantes e duradouras a fim de garantirmos às gerações futuras vida nessas regiões.

Mais um assunto que eu queria tratar na tarde de hoje: pela manhã, nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Educação para falar do ensino superior em Minas Gerais. O Estado possui duas universidades, a Uemg e a Unimontes. Nós falávamos, desde quando veio o projeto da reforma administrativa do governo Zema, que o ensino superior merecia estar num lugar mais estratégico no governo. Entendemos que essas duas instituições são patrimônio nosso, de mineiros e mineiras. É um patrimônio nosso e, por isso, merecia estar num lugar mais estratégico. Com o papel tão relevante que a ciência, a pesquisa e a extensão realizam, a perspectiva é de que a gente pudesse trazer o debate sobre o desenvolvimento econômico a partir dessas duas instituições de pesquisa. Criou-se uma Subsecretaria de Ensino Superior, que, desde quando foi instalada, nada fez para poder encaminhar demandas inclusive anteriores. E falo especificamente do acordo de greve, a mais longa greve dessas duas universidades, que ocorreu em 2016 e 2018.

Esse acordo foi judicializado; esse acordo está engavetado; esse acordo prevê inclusive pagamento de dedicação exclusiva, gratificações, enfim, pessoas com doutorado tendo vencimento básico com menos de um salário mínimo. Essas pessoas trabalham doente, porque, quando pedem licença de saúde, o salário vem pela metade. Conheço diversos professores e professoras que enfrentaram o câncer dentro da sala de aula, bem como momento de gestação, até o final, para não terem que sair de licença porque os seus vencimentos seriam cortados pela metade.

Então, governador e secretária de Estado de Educação, saímos dessa audiência lamentando o silêncio do governo com relação às reivindicações dessas duas universidades. Estamos falando não só dos professores, do corpo docente, mas também estamos falando dos funcionários. Por exemplo, a Unimontes tem um hospital-escola 100% SUS. Os servidores que não estão na sala de aula, também estão há 10 anos, 15 anos, sem reajuste de salários. Então estamos falando de tratar, com maior zelo, com respeito, com carinho os profissionais da educação do ensino superior, que fazem das duas instituições uma referência para a produção de pesquisa e principalmente para que os filhos dos trabalhadores, os mais pobres, possam ter acesso ao ensino superior.

Só para encerrar, presidente, nós vamos ter, neste mês de outubro, o Dia Mundial da Alimentação, e vamos fazer aqui, na Assembleia, uma audiência pública, no dia 14 de outubro, às 9h30min, no Plenarinho I, para a discussão da política estadual de

segurança alimentar e nutricional sustentável, que é uma lei estadual de 2017. Também vamos discutir as violações ao direito humano à alimentação adequada durante a pandemia de Covid e trazer um inquérito nacional sobre segurança alimentar no contexto da pandemia no Brasil, que foi conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a rede Pennsan, cujos resultados mostram e confirmam o cenário de fome que o povo brasileiro tem enfrentado no País que tem como princípio o Estado Democrático de direito e a dignidade humana.

Estamos falando, então, de um cenário triste, que são as famílias que voltaram para o mapa da fome neste país. São milhões de desempregados, são milhões de pessoas passando fome, são milhões de pessoas sem esperança e sem expectativa de seguirem com sua vida em função da ausência de uma política que cuide deles. Por isso é fundamental que, nesta Casa, a gente possa discutir cada vez mais políticas sociais para cuidar dos mais vulneráveis deste estado.

São essas as minhas considerações, presidente. Agradeço e desejo uma boa-tarde para todos e todas.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Bartô) – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 9.405 e 9.416 a 9.418/2021, da Comissão de Segurança Pública, 9.420/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, e 9.421, 9.423 e 9.424/2021, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão

de Agropecuária – aprovação, na 14ª Reunião Extraordinária, em 6/10/2021, dos Projetos de Lei n°s 784/2019, do deputado Bosco, com a Emenda n° 1, 1.277/2019, do deputado Thiago Cota, e 1.553/2020, do deputado Tadeu Martins Leite, e dos Requerimentos n°s 8.956/2021, do deputado Doutor Paulo, 9.171/2021, do deputado Coronel Henrique, 9.186 e 9.188/2021, do deputado Tadeu Martins Leite, 9.192, 9.199 e 9.324/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 9.360/2021, do deputado Zé Guilherme; e pelo

deputado Sávio Souza Cruz – informando sua renúncia à vaga de membro efetivo na Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto n° 28/2021 (Ciente. Publique-se.).

Questão de Ordem

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente, deputados que me antecederam abordaram dois assuntos que julgo de muita relevância acrescentar alguns esclarecimentos porque dizem respeito ao governo federal. O primeiro deles é a resolução do Contran que passa a exigir dos usuários de bicicleta elétrica a carteira para condução, quer dizer, a todos os trâmites a que são submetidos aqueles que dirigem veículos e motocicletas também deverão se submeter aqueles que têm bicicleta elétrica. Eu acho que é um erro, um equívoco, não vou entrar muito no mérito, mas, só para esclarecer, o presidente Bolsonaro não tem nada a ver com isso. Isso é uma deliberação do Conselho Nacional de Trânsito – Contran –, e o Conselho Nacional de Trânsito tem autonomia para regulamentar aspectos do Código de Trânsito Brasileiro, cuja legislação assim o permite. Se está equivocado ou não, nós vamos buscar as maneiras

adequadas de fazer com que isso seja revertido. Eu mesmo já mandei a minha assessoria estudar a possibilidade de uma ação contra a União no caso, porque o Contran fala pela União, em relação a essa questão das bicicletas elétricas. Então, só para deixar claro, o presidente Bolsonaro não tem nada a ver com isso. Outro ponto que foi abordado aqui pela deputada que me antecedeu diz respeito ao projeto de lei para a distribuição de absorventes às detentas do sistema penitenciário. O presidente vetou esse projeto por duas razões elementares. Primeiro, porque o projeto de lei não indica a fonte de custeio para essa finalidade, e, como todos sabem, quando se cria uma nova despesa no ente público, tem que haver a indicação de onde virá o recurso para cobrir aquela despesa. Senão aquele que sancionar uma lei dessa natureza incorre em crime de responsabilidade porque fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. E outra coisa: a União, e o projeto estabelecia isso, faz esse atendimento através do SUS, e, ao direcionar a distribuição de absorventes para um grupo específico de mulheres, fere-se o princípio da universalidade que o Sistema Único de Saúde tem que atender, ou seja, ou dá absorvente para todas as mulheres por via do SUS ou não dá para todas as mulheres. A experiência aqui de Minas é diferente porque o próprio Estado, na legislação que aqui foi aprovada para atender essas necessidades, pode fazê-lo por via da Secretaria de Segurança Pública. Então feitos esses esclarecimentos, Sr. Presidente, ainda reitero que é oportuno quando se usa a tribuna o mínimo que se espera é que se faça um pronunciamento próximo ou dentro da verdade, vamos dizer assim, e não que se incentive narrativas que muitas vezes são perpetradas pelas redes sociais. Era só isso. Muito obrigado pelo uso da palavra.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários n°s 1.122, 1.123 e 1.124/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita, respectivamente, a retirada de tramitação dos Projetos de Lei Complementares n°s 56/2021, 62/2017 e 18/2015; e o Requerimento Ordinário n° 1.127/2021, do deputado Professor Cleiton, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n° 2.822/2021 (Arquivem-se os projetos.); e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 1.019/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pelos 35 anos de sua criação.

O presidente (deputado Coronel Sandro) – Com a palavra, pela ordem, o deputado Bartô.

Questão de Ordem

O deputado Bartô – É com muita alegria que subo hoje, aqui, para comemorar, porque ontem, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, o projeto Educação Essencial foi aprovado em seu 1º turno. Foi até engraçado, enquanto estava a caminho da câmara – a gente fez algumas manifestações lá – algumas pessoas me perguntaram: “Aonde você está indo?”, falei: “Estou indo à Câmara de Belo Horizonte, onde tem um projeto para ser votado, que diz que educação é essencial”. Ai essas pessoas falaram: “O quê? É sério isso? Precisa?”. Falei: “Pois é, é até engraçado, porque o óbvio precisa ser dito e colocado num papel, colocado na lei que educação é essencial”. Educação deveria ser a última a ser fechada e a primeira a ser aberta. Como representante do povo, fiquei realmente muito triste em ver como toda uma população deixou, por tanto tempo, suas crianças fora da escola. O ambiente da escola serve de amparo para muitas crianças, serve de resguardo até mesmo para os seus pais, que precisam ir ao trabalho. É um ambiente em que se traz toda a questão de desenvolvimento da criança, junta outras crianças, junta conhecimentos, que são preparatórios para o seu futuro. Mas uma população inteira deixou a cidade de Belo Horizonte bater recorde como a cidade que ficou mais tempo com escolas fechadas. É muito triste ver que pessoas que têm condições financeiras não se manifestaram, não tomaram a frente dessas questões, porque, para eles, ter professor particular, ter uma piscina, ter um sítio para levar as suas crianças já era suficiente e não entendiam, não compreendiam o quão expostos aos riscos estavam crianças em situações de mais vulnerabilidade. Mães, pais que precisam ir ao trabalho, que não tinham opções de onde deixar os seus filhos, acabaram deixando os filhos com vizinhos, com outras inúmeras crianças. Deixavam crianças de 8 anos com crianças de 5; de 10, de 13, de 15 anos à sua própria sorte, pois, como cuidar de tantas crianças assim na casa dos outros? Enfim, é com muito pesar que vejo as escolas fechadas por tanto tempo. Como um povo deixa

deliberadamente os seus políticos fazerem isso. Mas também é aquele negócio: rir para não chorar. Mas estou muito feliz agora, porque de fato, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, já passou, consolidou que a educação é essencial. Agora ainda falta o 2º turno, depois a sanção do prefeito. Então peço àqueles verdadeiros patriotas, àqueles que se preocupam com a comunidade como um todo e não só em como levar o seu dia a dia, que entrem nessa luta e ajudem para que esse projeto de lei passe em 2º turno, na câmara, e de fato a educação torne-se essencial. Vale lembrar também que aqui, nesta casa, entrei com um projeto também para fazer com que a educação seja essencial, mas infelizmente ficou anexado a outro projeto, que não está tendo andamento. Assim sendo, presidente, agradeço-lhe a palavra e retorno, mais uma vez, à população: precisamos lutar pelo óbvio. O preço da liberdade é eterna vigilância. Preciso de vocês para que, cada vez mais, a gente torne as coisas mais justas e sérias em nosso país, em nosso estado, em nosso município. Então, educação é essencial. Ontem, mais uma vez, foi a comprovação do óbvio, porque é uma lei que nem precisava. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Bartô. Aqui faço coro com as suas palavras.

Realmente soa meio absurdo ter que aprovar uma lei para dizer que a educação é essencial. Mas, lamentavelmente, o Brasil, já há muitos anos, principalmente na época dos governos da esquerda revolucionária, vive um apagão na educação. Esse apagão torna-se muito visível quando a gente analisa os resultados dos estudantes brasileiros em quaisquer testes de avaliação de eficiência. Realmente, temos muito trabalho pela frente para recuperar a educação no Brasil, para tirarmos o estigma Paulo Freire das nossas escolas, que é uma referência muito nefasta para o processo educacional. Nós sabemos que iremos conseguir; perdemos algumas gerações, mas, no futuro, acredito que nós salvaremos muitas outras gerações, porque escola é lugar de aprendizado, não de militância política e de doutrinação.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de quarta-feira, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/7/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/5/2021, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 30/6/2021, o servidor Nério Miguel de Souza, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de julho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/7/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de maio de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de maio de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Agostinho Patrus referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de julho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/7/2021

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, por meio da Deliberação nº 2.768/2021, a Mesa altera a Deliberação nº 2.764, de 7 de maio de 2021, que dispõe sobre a ampliação gradual das atividades presenciais na Assembleia Legislativa, observadas as ações necessárias para a prevenção da infecção humana Covid-19, e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite Ofício nº 804/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em que encaminha o Decreto nº 17.635/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 805/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Itabira, em que encaminha o Decreto nº 1.061/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 806/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Joaquim Felício, em que encaminha os Decretos nºs 6/2020, 6/2021 e 33/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 807/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Passa Tempo, em que encaminha os Decretos nºs 2/2021, 27/2021 e 36/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº

808/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Serro, em que encaminha o Decreto nº 7.648/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 809/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, em que encaminha os Decretos nº 1.050/2021 e 1.077/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 810/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Soledade de Minas, em que encaminha o Decreto nº 2.710/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 811/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Estiva, em que encaminha decreto para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus – Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de julho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/7/2021

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.769/2021, altera a Deliberação nº 2.610, de 2 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Assembleia Legislativa, e dá outras providências. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.770/2021, a Mesa acrescenta dispositivos à Deliberação nº 2.694, de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a política de participação da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite Requerimento nº 8.467/2021, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca do estágio dos entendimentos e os prazos de análise e pareceres entre o Ministério da Saúde, o Estado e o consórcio para garantir os recursos necessários e a implantação da 2ª etapa do Samu no Vale do Aço, quais os prazos indicados e as expectativas para o funcionamento pleno do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – regional – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.468/2021, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a programação da testagem em massa de covid-19 no Estado e se há insumos suficientes para os testes da população mineira – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.469/2021, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o cronograma de instalação de posto avançado de coleta externa – Pace – da Fundação Hemominas no Vale do Aço – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.470/2021, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as obras do Hospital Regional de Teófilo Otoni, seu planejamento e cronograma para a conclusão – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.471/2021, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as obras do Hospital Regional de

Governador Valadares, o planejamento, o cronograma e a previsão de conclusão – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.472/2021, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca das medidas que a Secretaria de Saúde já tomou, vem tomando e vai tomar para viabilizar a instalação de um “hospital porta” para atender a população do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, garantindo ampliação do atendimento de urgência e emergência e o funcionamento do Samu na região, bem como o estágio e o cronograma de discussão com o Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde da Região do Calcário – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.479/2021, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre que ações estão sendo realizadas para implementar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – nos municípios do Estado em que não há o referido atendimento especializado, bem como sobre os estudos realizados para definir as localidades que mais necessitam da instalação – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.480/2021, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca do processo de nomeação de novos delegados, os critérios para a distribuição dos profissionais pelo Estado, quantos servidores serão indicados para o Vale do Aço e quando Coronel Fabriciano poderá contar com o plantão na delegacia nos finais de semana – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.481/2021, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das medidas já tomadas e aquelas que estão em andamento, bem como sobre o cronograma de atividades da secretaria para implementar o sistema Olho Vivo na Região Metropolitana do Vale do Aço – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.482/2021, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das medidas já tomadas e aquelas que estão em andamento e o cronograma de atividades da pasta da qual é titular para implementar e construir centro socioeducativo no Município de Ipatinga – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.483/2021, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca das medidas já tomadas e daquelas que estão em andamento e sobre o cronograma de atividades da secretaria para implementação do instituto médico legal em Ipatinga – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.489/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em todos os estudos já elaborados no escopo do projeto de construção do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, relativos a todos os traçados aventados para o projeto, que avaliem os impactos sociais e ambientais do empreendimento, registrando que o pedido foi formulado durante reunião do Assembleia Fiscaliza realizada em 29/6/2021 e que encontra respaldo em audiências públicas promovidas sobre o tema no âmbito das Comissões de Administração Pública e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.490/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre a previsão da assinatura dos termos de compromisso entre o poder público e as comunidades e povos tradicionais localizados no interior dos Parques Estaduais do Alto Cariri, da Lagoa do Cajueiro e do Rio Corrente, registrando que o pedido foi formulado durante reunião do Assembleia Fiscaliza realizada em 29/6/2021, após compromisso assumido pelo diretor-geral do instituto em resposta a questionamento feito na referida reunião – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.491/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quais as medidas estão sendo adotadas pela pasta para a prevenção e enfrentamento da crise hídrica nacional anunciada pelos órgãos e instituições competentes e suas repercussões em Minas Gerais, particularmente nos Vales do Aço e do Rio Doce – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.492/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer

seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre qual o estágio atual, as medidas adotadas e o cronograma para a implantação do Programa de Concessão em Parques Estaduais, lançado pelo governo do Estado em abril de 2019 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.493/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quais medidas estão sendo adotadas pela pasta da qual é titular para a fiscalização, controle e monitoramento da segurança de barragens, dos trabalhadores e das comunidades e para prevenção de acidentes, bem como quais providências estão sendo tomadas para a realização de diagnósticos de impactos e de riscos, segundo as determinações da Lei nº 23.291, de 2019 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.494/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas nos documentos relacionados com o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Formoso (FCA nº 145082/2018) a serem encaminhados à comissão, à Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais – CPT-MG – e ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.495/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a aplicação dos recursos oriundos do edital de chamada pública visando à seleção de projetos para a melhoria da gestão de resíduos sólidos a serem executados por consórcios públicos situados no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.496/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do IEF pedido de informações sobre a previsão da assinatura dos termos de compromisso entre o poder público e os povos e comunidades tradicionais de Lapinha, Pau de Léguas e Pau Preto, localizados, respectivamente, no interior do Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro, no Parque Estadual da Mata Seca e no Parque Estadual Verde Grande – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.504/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as prioridades, o planejamento e o cronograma de implantação da 5ª fase do programa Mãos à Obra no Vale do Aço – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.506/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações detalhadas sobre o quadro atualizado de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – nas escolas públicas estaduais, bem como sobre o quantitativo detalhado de recurso disponível para execução da política em cada caixa escolar – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.507/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações detalhadas sobre os contratos firmados e vigentes a partir da chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Pnae – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.509/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a publicação de editais pelas escolas que proíbe a contratação e a convocação de profissionais na rede estadual com idade superior a 60 anos e portadores de comorbidades – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.510/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cumprimento da Lei Federal nº 13.935, de 2019, e sobre a previsão de contratação de 460 profissionais de assistência social e psicologia no mês de setembro – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.514/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os dados relativos à infraestrutura das escolas estaduais, atualizados no que se refere às informações prestadas no censo escolar, do Inep, que evidenciam diversas deficiências de estrutura da rede física escolar – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.515/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento para pagamento dos seguintes direitos remuneratórios aos profissionais de educação: reajustes do Piso Nacional Profissional; incorporação do 3º abono

salarial de que trata a Lei nº 21.710, de 2015; Adicional de Valorização da Educação Básica – Adveb; e indenização de férias-prêmio devidas aos servidores inativos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.516/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para a regularização da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE –, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, com a devida exclusão das despesas com inativos e outras não consideradas pela Lei nº 9.394, de 1996, como de MDE – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.517/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as razões que levaram à redução do número de matrículas nas classes de educação de jovens e adultos da rede estadual de ensino nos anos de 2019 e 2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.518/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o não deferimento da remoção solicitada por professores dos anos iniciais, em razão do projeto Mãos Dadas, anteriormente à formalização de adesão dos municípios – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.523/2021, de autoria da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre o quantitativo de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs – emitidas pela Emater em 2020, com especificação dos grupos e municípios atendidos, com destaque para os grupos A e A/C – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.524/2021, de autoria da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações acerca do número de ligações de energia elétrica fotovoltaica necessárias para atender o pequeno agricultor instalado em regiões desassistidas de energia elétrica tradicional – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.525/2021, de autoria da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas em levantamento sobre o percentual de recursos disponibilizados no último ano para a compra direta de alimentos de agricultores familiares no âmbito do Pnae no Estado e em seus municípios – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.534/2021, de autoria da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações consubstanciadas no cronograma de nomeações de servidores para a pasta da qual é titular e para as empresas vinculadas à pasta, referentes a concursos antigos e recentes – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.545/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Defesa dos Direitos da Mulher e Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações detalhadas acerca das destinações dos recursos alocados no Fundo Estadual do Trabalho, tendo em vista o aumento do desemprego, agravado pela crise sanitária decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.547/2021, de autoria das seguintes Comissões: Defesa dos Direitos da Mulher; Direitos Humanos; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Esporte, Lazer e Juventude e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de assinatura de convênio para continuidade do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PCCAAM –, entre o Estado e o governo federal, visando ao enfrentamento da letalidade infantojuvenil e à preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.549/2021, de autoria das seguintes Comissões: Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Esporte, Lazer e Juventude e Defesa dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das medidas adotadas por essa secretaria para prover a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente de recursos financeiros e humanos necessários para sua atuação eficaz e resolutiva, bem como sobre o planejamento de atuação da referida mesa para o período pós-pandemia – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.551/2021, de autoria das seguintes Comissões: Defesa dos Direitos da Pessoa

com Deficiência; Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher e Trabalho, Previdência e Assistência Social, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre projetos ou ações desenvolvidos pela pasta para apoiar ou coordenar os municípios nos atendimentos à população em situação de rua, especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade social do Estado, considerando-se o exponencial aumento desse público e a imprescindibilidade dos serviços, especialmente no contexto da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.552/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Defesa dos Direitos da Mulher e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca da atuação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente sobre como a secretaria tem garantido a estrutura, tanto de recursos humanos quanto financeiros, para o seu pleno funcionamento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.553/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Defesa dos Direitos da Mulher e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca da manutenção dos Centros de Referência de Direitos Humanos e de possíveis impactos na continuidade dos respectivos atendimentos, bem como sobre os recursos empenhados ou previstos para a manutenção desses equipamentos no ano de 2021 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.554/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimentos Social pedido de informações acerca de campanhas, ações e programas de combate ao racismo e de enfrentamento da desigualdade racial, aprofundada durante a pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.555/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH –, inclusive no que se refere ao número de pessoas atendidas e recursos previstos para a manutenção do programa no ano de 2021 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.557/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações, de maneira detalhada, sobre os resultados dos programas empreendidos pelo Estado para o enfrentamento do desemprego – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.558/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de cursos de qualificação ofertados ou previstos para 2021, especificando-se a modalidade dos cursos, o número de vagas, as vagas por região do Estado, bem como o montante e a fonte dos recursos alocados no programa, total de alunos que concluíram cursos de qualificação profissional em 2020 e de alunos inseridos no mercado de trabalho – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.562/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os resultados detalhados do projeto Trajeto Renda, indicando o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho e em que setores da economia – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.565/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Plano Estadual de Combate à Pobreza, detalhando a execução e ações implementadas, considerando-se o compromisso assumido pela secretária na última edição do

Assembleia Fiscaliza em 2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.566/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a ampliação de vagas ofertadas para o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes, especificando-se quantas vagas foram abertas pelos municípios e pelo Estado (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), uma vez que se trata de equipamento de alta complexidade, conforme regulação do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, e considerando-se ainda que o Ministério da Cidadania disponibilizou recursos para tal acolhimento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.567/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quais medidas foram adotadas pelo governo visando ao fomento ao trabalho, à economia popular solidária, à articulação de trabalho e emprego e à criação de frentes de trabalho para o período de pandemia – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.568/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social, e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a execução das seguintes emendas populares aprovadas ao orçamento de 2021: implantação do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis; construção, reforma e melhorias de Unidades Habitacionais (*Housing First*) para a população de rua; promoção dos jogos indígenas e o fomento aos empreendimentos da Economia Popular Solidária – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.570/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Direitos Humanos; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas de inclusão produtiva para os catadores de materiais recicláveis e população de rua que foram previstos pela secretaria da qual é titular em respostas a requerimentos oriundos da Assembleia Fiscaliza de 2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.571/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a inadimplência dos consumidores, pessoas físicas e jurídicas, de janeiro de 2020 a junho de 2021, incluindo quadro evolutivo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.574/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações consubstanciadas nas cópias dos contratos celebrados pela companhia por inexigibilidade de licitação nos últimos 24 meses – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.575/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre os valores dos salários e gratificações dos membros dos conselhos fiscal e de administração da empresa, considerando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, acionista da companhia, manifestou-se contrariamente a esses valores e disse que a Cemig deve buscar considerar limitar a remuneração fixa percebida pelos suplentes à efetiva participação em reuniões e alinhar a remuneração do comitê de auditoria com patamar próximo às práticas de mercado para o exercício de 2021 e exercícios futuros – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.577/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos

Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações consubstanciadas no Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Veredas Sol e Lares (P&D 0632), indicando a previsão de sua conclusão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.580/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre quais medidas estão sendo tomadas para a prevenção e o enfrentamento da crise hídrica nacional, anunciada pelos órgãos e instituições competentes, suas consequências no Estado e seus efeitos para a população – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.581/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Direitos Humanos e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quando serão retomados os processos de regularização fundiária dos povos e comunidades tradicionais que estão sendo debatidos e acompanhados pela Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.582/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre quais as ações realizadas para apoiar a implantação e instalação do terminal de cargas multimodal (rodoferroviário) no Município de Poços de Caldas, que atrairá investimentos e ampliação de empregos para aquela região – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.583/2021, de autoria das seguintes Comissões: Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Direitos Humanos e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quais estudos e análises subsidiaram a decisão de redução do montante de recursos disponibilizados para a execução dos serviços dos Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDHs; em hipótese de manutenção da redução dos recursos, como a pasta de que é titular pretende propor alternativas, na realização das atividades essenciais, sem perder a qualidade da equipe técnica, sem precarizar os serviços e violar direitos de profissionais, sem prejudicar ações e as entregas finais no atendimento das demandas da população; qual é a previsão da Sedese para implantar equipamentos de proteção às mulheres como o Centro de Referência de Defesa da Mulher para o Município de Buritizeiro e outros municípios do Norte de Minas, onde os níveis de violência e feminicídio são alarmantes; qual é a previsão de depósito dos recursos nas contas das instituições vencedoras do Edital de Chamamento Público Sedese nº 7/2021, processo de seleção pública de organização da sociedade civil para celebrar termo de colaboração que tem como objeto a implementação e manutenção das atividades dos CRDHs – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.584/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre o motivo de a empresa exigir participação financeira do consumidor para instalação de energia elétrica rural quando este tiver apenas documento comprovando a posse do imóvel, indo em desacordo com o disposto no art. 27, inciso II, alínea “h”, da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel –, que garante a gratuidade da instalação tanto para quem tem documento de propriedade quanto para quem tem documento de posse - parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.585/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de informações detalhadas relativas à inadimplência dos consumidores, pessoas físicas e jurídicas, de janeiro de 2020 a junho de 2021, incluindo quadro evolutivo – parecer pela aprovação,

aprovado; Requerimento nº 8.586/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao diretor da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A., pedido de informações detalhadas relativas à inadimplência dos consumidores, pessoas físicas e jurídicas, de janeiro de 2020 a junho de 2021, incluindo quadro evolutivo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.587/2021, de autoria das seguintes Comissões: Desenvolvimento Econômico; Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; Extraordinária das Privatizações; Minas e Energia; Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações detalhadas relativas à inadimplência dos consumidores, pessoas físicas e jurídicas, de janeiro de 2020 a junho de 2021, incluindo quadro evolutivo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.589/2021, de autoria das seguintes Comissões: Cultura; Extraordinária de Turismo e Gastronomia e Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações acerca do projeto denominado P7 Criativo, que, conforme publicado na imprensa mineira, seria descontinuado, solicitando ainda detalhamento sobre órgãos, empreendimentos e parceiros do projeto; responsáveis pela gestão do projeto; situação atual e relatório circunstanciado, bem como, se verdadeiras as matérias jornalísticas, as razões do possível encerramento do projeto e, nesse caso, a destinação prevista para o edifício-sede do antigo Banco do Estado de Minas Gerais – Bemge –, na Praça Sete, em Belo Horizonte, e os impactos previstos sobre os setores de economia criativa, especialmente as iniciativas planejadas para a instalação no citado espaço – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.593/2021, de autoria das seguintes Comissões: Cultura; Extraordinária de Turismo e Gastronomia e Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a inclusão de ação referente ao turismo de base comunitária na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, para o ano de 2022, considerando a instituição da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, por meio da Lei nº 23.763, de 6/1/2021 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.594/2021, de autoria das seguintes Comissões: Cultura; Extraordinária de Turismo e Gastronomia e Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a previsão de regulamentação da Lei nº 23.763, de 6/1/2021, que instituiu a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.615/2021, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca dos critérios que serão adotados pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – para a avaliação técnica das estradas mineiras que poderão ser recuperadas com recursos oriundos do acordo com a Vale – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.616/2021, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca do cronograma de elaboração e de implantação do Plano Diretor do Aeroporto de Ipatinga – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.617/2021, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca dos entendimentos que se realizam com a empresa de aviação Azul no sentido de garantir a volta de sua operação no Aeroporto de Ipatinga, a partir do final das obras, em setembro de 2021, inclusive com vistas à expansão do número de voos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.619/2021, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca do processo de prorrogação da anuência, até o final de agosto, para que o aeroporto de Ipatinga não permaneça fechado enquanto durarem os trabalhos de adequação e ampliação da infraestrutura – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.620/2021, de autoria da

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a situação dos projetos, contratos e previsão para execução de obras na Rodovia MG-280, nos trechos entre Dores do Turvo e Alto Rio Doce e entre Divinésia e Paula Cândido – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.622/2021, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre quais linhas do transporte metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte foram paralisadas em função da pandemia, quais já foram retomadas e quais ainda se encontram sem funcionamento, bem como sobre os critérios que embasaram tal política e a escolha das linhas afetadas - parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.625/2021, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o asfaltamento da Rodovia MG-060, no trecho compreendido entre os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha, especificando qual o cronograma de obras para o asfaltamento desse trecho; se existe previsão orçamentária para a realização dessa obra e, em caso negativo, por qual motivo; se o asfaltamento desse trecho está previsto no acordo judicial com a Vale e, em caso negativo, se é possível incluí-lo; qual a empresa contratada para realizar a manutenção desse trecho, bem como quais valores já foram pagos e quais intervenções já foram realizadas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.627/2021, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas na estratificação, por tema e por entidades proponentes, das 650 contribuições recebidas em consulta pública do projeto de rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.628/2021, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre quais as ações realizadas para apoiar a implantação e instalação do Terminal de Cargas Multimodal (rodoferroviário) no Município de Poços de Caldas, que atrairá investimentos e ampliação de empregos para aquela região – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.641/2021, de autoria da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a cobertura do serviço de energia elétrica nas áreas rurais de Minas Gerais, em que se esclareça a informação, fornecida pela Cemig, de que a concessão estaria universalizada no Estado, motivo pelo qual essa companhia não faz mais investimentos nesse sentido nem recebe recursos do programa Luz para Todos – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de julho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/7/2021

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 4/2021, elaborado pela comissão

especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 17/2021, autorizando, nos termos do art. 6º da Deliberação da Mesa nº 2.349, de 2004, a alienação, por meio de leilão, dos bens classificados como antieconômicos no relatório, respeitadas as vedações pertinentes ao período eleitoral; 2ª) dispõe sobre a contribuição previdenciária incidente sobre os proventos de aposentadoria e pensão da pessoa portadora de doença incapacitante, na forma prevista no *caput* e no § 1º do art. 28 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, com a redação dada pelo art. 9º da Lei Complementar nº 156, de 22 de setembro de 2020, considerando válidas as desonerações que ocorreram até 31 de março de 2021. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa C&C Empreendimentos Comerciais e Serviços Especializados em Geral – Eireli –, tendo como objeto a prestação de serviços de jardinagem nas áreas verdes da Praça Carlos Chagas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Inácio Franco referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa SM Consultoria em Projetos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c os arts. 132 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 13/7/2021, o servidor Adriano Pinto Veloso, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de policial legislativo masculino. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de agosto de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/9/2021

Às 16h5min, comparecem à reunião os deputados Mauro Tramonte, presencialmente, e Fernando Pacheco, Gustavo Mitre, Coronel Henrique e Gustavo Santana (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), remotamente, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.041/2021, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o andamento da reforma do Vapor Benjamim Guimarães;

nº 10.112/2021, dos deputados Mauro Tramonte e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a necessidade de criação de um plano de desenvolvimento estratégico do turismo dos Lagos de Furnas e de Peixoto e da garantia do cumprimento dos termos da Emenda à Constituição nº 106, de 2020;

nº 10.175/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de abertura de intercâmbio e internacionalização do turismo e da gastronomia do Estado;

nº 10.195/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a concessão do Aeroporto da Pampulha e seu impacto no turismo do Estado;

nº 10.196/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Queijo Santo Casamenteiro de Cruzília, pela premiação no concurso internacional “Mondial du Fromage et des Produits Laitiers” de 2021, realizado na França, um dos mais renomados do mundo, onde conquistou a Medalha Super Ouro, de maior peso no evento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2021.

Mauro Tramonte, presidente – Fernando Pacheco – Professor Cleiton.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/9/2021

Às 16h14min, comparece à reunião o deputado Mauro Tramonte, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bernardo Mucida. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a proceder a entrega do diploma referente aos votos de congratulações para a Rádio Inconfidência pela comemoração de seus 85 anos de fundação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Kátia Carneiro, diretora-geral da Empresa Mineira de Comunicação, Waleska Falci, da gerência Artística, e o Sr. Luiz Henrique Yagelovic, diretor de Conteúdo e Programação, presidente da empresa; a Sra.: Deborah Rajão, apresentadora; e os Srs. Ricardo Parreiras, locutor e programador; José Luiz da Silva, operador e violonista; Pedro Henrique, produtor; Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo – Secult. O presidente, deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Em seguida faz a entrega do diploma referente aos votos de congratulações à Kátia Carneiro, diretora-geral da Empresa Mineira de Comunicação. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2021.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Professor Irineu – Marquinho Lemos.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA CEMIG NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/10/2021

Às 9h14min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Cássio Soares, Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a ouvir o Sr. Marcelo Flores de Moura e a Sra. Thaís Lima de Marca, representantes da empresa IBM Brasil – Indústria Máquinas e Serviços Ltda., na condição de testemunhas, para esclarecimentos acerca de fatos envolvendo a celebração e a execução do Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional, cujo objeto é a reestruturação de procedimentos, processos, sistemas e operação dos atuais serviços de atendimento aos clientes da Cemig e a implantação de novo modelo de atendimento nessa estatal.

A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Everson de Alcântara Tardeli, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Minas Gerais e do Dr. Átila Machado, advogado da Sra. Thaís Lima de Marca, em que solicita o adiamento da oitiva, por questões médicas. A presidência informa que deferiu o pedido e a oitiva da testemunha será reagendada. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Marcelo Flores de Moura e seu advogado, Dr. Átila Machado. O presidente qualifica a testemunha e passa a inquiri-la. Logo após, passa a palavra aos deputados para que façam seus questionamentos à testemunha, conforme consta das notas taquigráficas. Suspende-se a reunião por alguns minutos. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.445/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Sávio Souza Cruz, em que requerem sejam requisitadas ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, cópias integrais de todas as ações judiciais nas quais figuram como partes a Cemig e a empresa Audac Serviços Especializados de Atendimento ao Cliente S.A. relacionadas à discussões sobre a rescisão unilateral do Contrato nº 4680005967-530 e seus impactos econômico-financeiros, bem como cópias de eventuais pleitos administrativos formulados pela Audac perante a Cemig e de todos os documentos envolvendo a análise e a resposta da companhia sobre a rescisão unilateral do citado contrato e seus impactos econômico-financeiros, devendo a documentação ser encaminhada no prazo de cinco dias, por meio digital pesquisável, em formato pdf;

nº 10.448/2021, dos deputados Professor Cleiton, Hely Tarquínio e Sávio Souza Cruz, em que requerem sejam requisitadas informações ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais sobre todos os contratos que já foram e que ainda serão unilateralmente rescindidos pela empresa de forma antecipada em decorrência da assunção dos serviços de atendimento aos clientes da Cemig pela IBM Brasil após a celebração do Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional, devendo ser encaminhadas cópias de todos os procedimentos de rescisão unilaterais anteriormente mencionados, em arquivo digital pesquisável, em formato pdf;

nº 10.449/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Sávio Souza Cruz, sejam requisitadas ao representante legal da IBM Brasil e ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, para apresentação no prazo de 5 dias, cópias de todos os contratos de subcontratação envolvendo os objetos do Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional celebrado entre a IBM e a companhia, especialmente os que tenham sido celebrados com a empresa A&C Centro de Contatos S.A., devendo ser encaminhadas cópias de todos os documentos relacionados à execução dos citados contratos de subcontratação, incluindo notas fiscais e eventuais termos aditivos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2021.

Zé Guilherme, presidente.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 13/10/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 25/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.780, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2022. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 26/2021 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.823, que altera a Lei nº 23.081, de 10 de agosto de 2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências, e a Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da CPI da Cemig**

Nos termos do art. 40, § 1º, II c/c art. 123, parágrafo único, convoco os deputados Hely Tarquínio, Zé Guilherme, Zé Reis, Beatriz Cerqueira, Professor Cleiton e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião secreta a ser realizada em

13 de outubro de 2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir o Sr. Gabriel Ciríaco Fonseca, delegado da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2021.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/10/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 9.343 a 9.345/2021, da Comissão de Administração Pública, e 9.357/2021, do deputado Sargento Rodrigues, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei Complementar nº 64/2021, de autoria do governador do Estado, que trata do Estatuto Disciplinar da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.481/2017

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.481/2017, de autoria da deputada Rosângela Reis, que declara de utilidade pública a Associação Cultural dos Congados de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.481/2017

Declara de utilidade pública a Associação Cultural dos Congados de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural dos Congados de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente e relator – João Magalhães – Sávio Souza Cruz – Professor Cleiton.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 5.372/2018**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 5.372/2018, de autoria do deputado Thiago Cota, que declara de utilidade pública a Associação Galpão Cultural Sinhá Olímpia, com sede no Município de Ouro Preto, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 5.372/2018

Declara de utilidade pública a Associação Galpão Cultural Sinhá Olímpia, com sede no Município de Ouro Preto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Galpão Cultural Sinhá Olímpia, com sede no Município de Ouro Preto.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente e relator – João Magalhães – Sávio Souza Cruz – Professor Cleiton.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.535/2021**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 2.535/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Nikkey de Varginha, com sede no Município de Varginha, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.535/2021

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Nikkey de Varginha, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Nikkey de Varginha, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente e relator – João Magalhães – Sávio Souza Cruz – Professor Cleiton.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 7/10/2021, a seguinte comunicação:

Do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Geraldo Raimundo de Moraes, ex-vice-prefeito de Lagoa Santa, ocorrido em 4/10/2021, em Lagoa Santa. (– Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/10/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 6/10/2021, que nomeou Kátia Marluce dos Santos Silva, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando Humberto Viégas Leal Júdice, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

exonerando Victor Filgueiras Bittencourt, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Bruno Fernando Moreira Costa, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Laura Serrano.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 77/2021

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Ortopan Radiografia Odontológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na especialidade de raio-X. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, *caput*, Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**ERRATAS****ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/9/2021**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/9/2021, na pág. 3, exclua-se o resumo do Requerimento nº 10.056/2021, do deputado Noraldino Júnior.

ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/10/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/10/2021, na pág. 1, no Sumário, onde se lê:

“Correspondência: Mensagens nºs 158 e 159/2021 (encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.202/2019 e o Projeto de Lei nº 3.199/2021, respectivamente), do governador do Estado”, leia-se:

“Correspondência: Mensagens nºs 158 (encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.202/2019 e solicitação de tramitação em regime de urgência para o referido projeto) e 159/2021 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.199/2021), do governador do Estado”;

e, na pág. 2, sob o título “Correspondência”, onde se lê:

“– A Mensagem nº 158/2021, encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.202/2021, foi publicada na edição anterior.”, leia-se:

“– A Mensagem nº 158/2021, encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.202/2021 e a solicitação de tramitação em regime de urgência para o referido projeto, foi publicada na edição anterior.”.